

METAS NACIONAIS PRIORITÁRIAS

1

*Agenda de 100
Dias de
Governo*

Agenda de 100 Dias de Governo

Um marco na boa governança pública brasileira

- ✓ O Governo Federal adotou um **compromisso inédito** na história brasileira: antes mesmo de assumir, redigiu um documento público, ainda no período de transição (Agenda de Governo e Governança Pública), onde se comprometeu a alcançar já nos primeiros 100 dias de governo metas objetivas, por meio da aplicação dos **conceitos mais modernos de ação governamental**.
- ✓ A **Agenda dos 100 Dias de Governo** é um moderno instrumento de boa governança pública. As ações foram elencadas como metas nacionais prioritárias pela equipe técnica do Governo com base em dois critérios: **efetividade de entrega** à sociedade nos 100 primeiros dias de administração e **considerável impacto social**.
- ✓ Na **Agenda de 100 Dias de Governo** não estão necessariamente elencados os projetos considerados mais importantes pelo Governo Federal para mudar a realidade do Brasil, mas sim os **projetos considerados prioritários** nos 100 dias de Governo.
- ✓ A **Agenda de 100 Dias de Governo** está plenamente alinhada com as mais **modernas diretrizes de boa governança pública**, as quais são **adotadas pelos países da OCDE e sugeridas pelo Tribunal de Contas da União**.
- ✓ A **Agenda de 100 Dias de Governo**, assim como todo o processo de implementação da boa governança pública no Governo Federal, tem **dois níveis de governança**: o **Conselho de Governo** (que reúne o presidente, o vice-presidente, e os ministros de Estado, sendo o responsável pela formulação e discussão das políticas governamentais), e os **Comitês Internos de Governança** (composto pela Alta Administração Pública em cada um dos ministérios, responsável pela execução das políticas).

Ministério da Agricultura

Ação 1 Estímulo à Agricultura Familiar

Ampliar para 2 anos o prazo de validade das Declarações de Aptidão (DAP) do Programa Nacional da Agricultura Familiar. Garantir a continuidade do acesso a milhões de pequenos produtores a políticas de promoção da agricultura familiar.

Ministério da Cidadania

Ação 2 13º Benefício do Bolsa Família

Expandir a transferência de renda para as 14 milhões de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família.

Ação 3 Programa Bolsa Atleta

Modernizar o programa para estímulo de jovens atletas.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ação 4 Implantação do Centro de Testes de Tecnologias de Dessalinização

Mapear tecnologias em sistemas de dessalinização nas condições de operação no Semiárido.

Ação 5 Programa Ciência na Escola

Promover interação entre universidades e a rede de escolas públicas para o ensino de ciências.

Ministério do Desenvolvimento Regional

Ação 6 Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH)

Elaborar plano para construção de barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração de natureza estratégica e relevância regional.

Ministério da Economia

Ação 7 **Combate às fraudes nos benefícios do INSS**

Amplio processo de revisão abrangendo cerca de 6,4 milhões de benefícios administrados pelo INSS. A Medida Provisória nº 871, de 18 de janeiro de 2019, altera a legislação para aprimorar o reconhecimento de direito a benefícios.

Ação 8 **Redução da Máquina Administrativa**

Fazer mais com menos. Estimativa de extinção de 21 mil funções comissionadas e gratificações.

Ação 9 **Intensificação do processo de inserção econômica internacional**

Promover a inserção comercial do Brasil a partir de estratégia de medidas de facilitação de comércio, convergência regulatória, negociação de acordos comerciais e reforma da estrutura tarifária nacional. Reduzir os custos de aquisição de insumos, bens de capital e bens de informática.

Ação 10 **Vinculação da autorização de concursos públicos à adoção de medidas de eficiência administrativa**

Estabelecer novos critérios condicionando a análise de demanda de concursos públicos à adoção de medidas como a digitalização de serviços, revisão de processos, readequação de estrutura e competências, adesão ao processo centralizado de compras etc.

Ação 11 **SINE Aberto**

Abrir os cadastros de desempregados para empresas privadas do setor de recrutamento. Ampliar o potencial de utilização da base de dados do SINE, visto que menos de 3% dos admitidos entre janeiro e novembro de 2017 foram admitidos utilizando esse meio.

Ministério da Educação

Ação 12 Alfabetização Acima de Tudo

Lançamento de um programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para alfabetização, com a proposição de método para redução do analfabetismo a partir de evidências científicas.

Ministério da Infraestrutura

Ação 13 Privatizações no Setor de Transportes

Ampliar investimentos na malha ferroviária e modernizar e ampliar a infraestrutura aeroportuária de 12 aeroportos. Leiloar 10 terminais portuários para ampliar a capacidade de armazenagem e movimentação de granéis líquidos combustíveis.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ação 14 Decreto de Facilitação da Posse de Armas

Garantir ao cidadão brasileiro a integralidade do direito constitucional à legítima defesa da vida e do patrimônio, cumprindo o decidido pelos cidadãos brasileiros no Referendo de 2005. O Decreto 9.685 foi editado em 15/01/19.

Ação 15 PL Anticrime

Propor projeto de lei para aumentar eficácia no combate ao crime organizado, ao crime violento e à corrupção. Pretende reduzir pontos de estrangulamento do sistema de justiça criminal.

Ação 16 Apoio à Operação Lava-Jato

Imediata recomposição do efetivo policial envolvido na Operação, por meio de recrutamento para missões e remoções.

Ministério do Meio Ambiente

Ação 17 Aprimorar o Sistema de Recuperação Ambiental

Aperfeiçoar o procedimento de conversão de multas do IBAMA.

Ação 18 Plano Nacional para Combate ao Lixo no Mar

Consolidar diagnósticos, reavaliar indicadores de qualidade ambiental, definir valores de referência e estabelecer diretrizes no âmbito de uma agenda nacional de qualidade ambiental urbana.

6

Ministério de Minas e Energia

Ação 19 Viabilizar o leilão do excedente da cessão onerosa

Obter aprovação pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE para a revisão do contrato de cessão onerosa e dos parâmetros técnicos e econômicos da licitação de área do Pré-Sal, prevista para o terceiro trimestre de 2019.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Ação 20 Campanha nacional de prevenção ao suicídio e à automutilação de crianças, adolescentes e jovens

Implementar ações de conscientização e disseminação de informações visando à prevenção da automutilação e do suicídio.

Ação 21 Regulamentação de Partes da Lei Brasileira de Inclusão

Garantir a promoção do exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência e sua inclusão social.

Ação 22 Educação domiciliar

Regulamentar o direito à educação domiciliar, reconhecido pelo STF, por meio de Medida Provisória, beneficiando 31 mil famílias que se utilizam desse modo de aprendizagem.

Ministério das Relações Exteriores

Ação 23 **Redução tarifária do Mercosul**

Aperfeiçoar instrumentos favoráveis ao setor produtivo por meio de redução tarifária e dinamização da agenda externa. Mais exportações e barateamento dos insumos e de produtos e serviços para o cidadão.

Ação 24 **Retirada do Brasil do padrão de passaporte do Mercosul e retomar o Brasão da República como identidade visual nesse documento**

Fortalecer a identidade nacional e o amor à Pátria.

7

Ministério da Saúde

Ação 25 **Fortalecer a vigilância e aumentar a cobertura vacinal**

Imunizar as pessoas para manter a erradicação de diversos agravos atualmente controlados. Aumento da cobertura vacinal para as seguintes vacinas: pentavalente, poliomielite, pneumocócica, tríplice viral D1, e febre amarela.

Ministério do Turismo

Ação 26 **Melhorar o ambiente de negócios do turismo e potencializar a atração de investimentos para o Brasil**

Instituir a Política Nacional de Gestão Turística do Patrimônio Mundial. Publicar Instrução Normativa que possibilita a implantação da gestão turística de áreas da União com potencialidade para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Secretaria de Governo da Presidência da República

Ação 27 **Reestruturar a Empresa Brasileira de Comunicação**

Racionalizar estrutura da empresa e valorizar a qualidade do conteúdo.

Secretaria-Geral da Presidência da República

Ação 28 Racionalizar e modernizar estruturas e processos ministeriais

Melhorar a gestão e uso de recursos públicos dentro do programa de modernização do Estado.

Controladoria-Geral da União

Ação 29 Regras e critérios para ocupação de cargos de confiança no Governo Federal

Impedir loteamento político dos cargos públicos, adotando critérios objetivos de nomeação, tais como: experiência comprovada, qualificação técnica e idoneidade moral.

Ação 30 Programa Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania

Elaborar e disseminar agenda de promoção da ética e da cidadania a ser adotada por escolas no âmbito da sala de aula.

Ação 31 Criação do Comitê de Combate à Corrupção no Governo Federal

Instituir Comitê Interministerial de Combate à Corrupção do Governo Federal para a condução da política de combate à corrupção da Administração Pública Federal.

Ação 32 Sistema Anticorrupção do Poder Executivo Federal

Capacitar e treinar servidores das unidades de Gestão da Integridade e monitoramento dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, interligando as atividades relacionadas à integridade pública.

Advocacia-Geral da União

Ação 33 Atendimento eletrônico de devedores dos órgãos federais

Ampliar a arrecadação ao implementar instrumentos facilitadores de pagamento de débitos com a União.

Banco Central

Ação 34 **Independência do Banco Central**

Seguir modelo vigente em economias avançadas, garantindo a independência do Banco Central.

Ação 35 **Critérios para Dirigentes de Bancos Federais**

Aprimorar a governança de instituições financeiras públicas por meio da fixação de critérios para o exercício do cargo, alinhando com exigências já existentes para o setor privado.